

Região e Globalização: pensando um esquema de análise

Maria Laura Silveira¹

RESUMO

Buscamos discutir as transformações regionais à luz da globalização e formular um esquema de análise fundado numa teoria do espaço geográfico. Consideramos que tal esquema deveria levar em consideração, entre outros, os seguintes aspectos: heranças socioespaciais, nova divisão territorial do trabalho e seus impactos nas regiões, novos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação, o papel do Estado e a repartição do poder, o crescimento regional, a vulnerabilidade e a pobreza. A questão central seria compreender a pluralidade e coexistência de divisões territoriais do trabalho menos como um problema e mais como uma realidade contemporânea em todas as escalas de análise e de ação.

Palavras-chave: Globalização, região, espaço geográfico.

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico, sinônimo de território usado, pode ser considerado como a junção de materialidade e vida social. Não se trata de um palco, mas de um quadro de vida dinâmico, entendido como o “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1996, p. 51). Em outras palavras, com objetos e ações se usa o espaço, se desenvolve o trabalho e se divide entre agentes e lugares, a partir de relações distintas de poder e disputa. Daí que consideremos o espaço geográfico como um rendilhado de divisões territoriais do trabalho, um sinônimo de território usado (SANTOS, 1994; SANTOS e SILVEIRA, 2001).

As infraestruturas, os movimentos de população, as dinâmicas agrícolas, industriais e de serviços, a estrutura normativa e a extensão da cidadania são, ao mesmo tempo, condição e resultado de divisões territoriais do trabalho. Desse modo, as decisões políticas se gestam no território e neste se cristalizam atribuindo valores diferentes às formas de trabalho e às regiões.

O espaço geográfico é mais do que o espaço social porque contém materialidade e mais do que o espaço meramente físico porque inclui a ação. É, ao mesmo tempo, uma construção teórica e uma realidade ontológica. Por isso

¹ Doutora em Geografia Humana. Professora no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Pesquisadora Independente do CONICET no Instituto de Geografia da Universidad de Buenos Aires (laurasil@usp.br)

tampouco pode ser visto como um conceito classificatório ou um quadro de referência para os conteúdos físicos das ações, tal como proposto por Werlen (1993). Contém materialidade que é um elemento de sua existência e condicionante das novas ações.

Mas, no período da globalização, ocorrem bruscas mudanças de funções no território que significam, ao mesmo tempo, transformações regionais. Rompem-se os equilíbrios precedentes e muda o conteúdo dos lugares e do território como um todo. Daí a relevância de entender como se instalam na região os dados do período atual. Na realidade, estamos face a novos problemas de método que indicam a necessidade de abandonar as abordagens mais preocupadas com os limites e adotar aquelas mais orientadas a entender os processos (SILVEIRA, 2006).

Como não conhecemos bem as lógicas contemporâneas e suas repercussões sistêmicas, existe uma tendência a misturar restos de interpretações oriundas de situações passadas, às vezes equivocadamente assimiladas ao presente, com intuições novas, o que pode embaralhar o esquema conceitual. O mais grave quicá seja que não se vê a região como um dos atores da vida social, econômica e política, e tampouco se trabalha com a ideia de formação socioespacial (SANTOS, 1979). Em consequência, entende-se a região ora como um quadro de ação praticamente inerte, ora como uma entidade autônoma da dinâmica nacional. Todavia, as regiões exercem um papel de controle sobre a sociedade como um todo, já que as ações não se localizam em lugares ermos nem obtêm o mesmo resultado nas diversas frações do território em que se instalam. Desse modo, entendido como formação socioespacial, um país revela, ao mesmo tempo, o movimento do todo que é o modo em que o território se utiliza a partir de elementos comuns como o direito positivo, a política econômica e a língua para mencionar alguns, e o movimento das partes, que são as regiões dinâmicas, com suas singularidades, em copresença. A unidade desse conjunto de processos e estruturas não existiria sem o Estado.

Portanto, a natureza mutante dos processos sociais contemporâneos exige, mais do que nunca, ver a região como um conceito dinâmico e não como uma categoria que cristaliza os conteúdos do passado. A região deveria ser entendida como uma categoria esposada com a história do presente, pois, caso contrário, nos afastamos do entendimento do nosso tempo e de alcançar a eficácia política.

Hoje, quando a falta de coincidência entre as escalas da técnica e da política põe novos problemas à gestão territorial, é preciso atentar para o acúmulo e o esvaziamento de funções nas regiões e cidades e para o poder desigual da política do Estado e da política das empresas. Daí a necessidade de perguntar, em certos lugares e com certas condições de produção, quem regula quem?

Poderíamos, então, formular algumas hipóteses gerais, isto é, um esquema de análise que precisaria incluir os aspectos a seguir.

Heranças socioespaciais e advento de novas variáveis

História paralela de existências e eventos, de coisas e ações, a formação socioespacial revela o modo em que o território é usado pela sociedade, e sua análise indica as respectivas formas de inclusão das pessoas e das regiões. O que não é incluído nessa repartição do trabalho, privilegiada pela política de um país, perde valor e, assim, se empobrece.

O período histórico iniciado após a Segunda Guerra Mundial se caracteriza pela revolução científico-tecnológica, configurada fundamentalmente pelos progressos das telecomunicações, da informática e da automação. Se a base material dos dois blocos mundiais que despontam no segundo pós-guerra denuncia a unicidade do sistema técnico, os pilares ideológicos se distanciam ainda que sejam igualmente fortes e consolidados. Nesse contexto, o complexo processo de descolonização revela o nascimento de uma dependência de nova natureza, determinada pela onipresença das finanças, da informação e do consumo. Sem dúvida, se trata de mais uma fase de modernização, caracterizada por uma nova composição técnica do capital, com a conseqüente diminuição da demanda de mão de obra e o aumento da informação e do consumo. Os países periféricos conhecem, pela primeira vez na história, uma grande difusão de variáveis elaboradas fora do país. A ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento foi um instrumento político decisivo que guiou a reconstrução dos territórios nacionais, conjuntamente com a reorganização da economia, da sociedade e da política. Para realizar esses desígnios se impunha a necessidade de equipar o território e integrá-lo nacional e internacionalmente por meio de recursos modernos.

Esse novo período do capitalismo pode ser reconhecido pela dominação das empresas multinacionais sobre as frágeis estruturas políticas, econômicas, sociais e territoriais dos países subdesenvolvidos. A convicção sobre a necessidade do crescimento econômico, o desenvolvimento industrial visto como panaceia, as necessidades de consumo interno, o imperativo de afirmar o Estado sobre a Nação ou as Nações e a indispensabilidade de manter o poder sobre o território eram argumentos de peso, ainda que muitos foram meramente ideológicos. Desse modo, a adaptação ao modelo capitalista internacional se aprimora e a respectiva ideologia da racionalidade e da modernização a qualquer preço ultrapassa o domínio industrial, se impõe ao setor público e invade áreas antes não alcançadas diretamente como a manipulação da mídia, a organização e o conteúdo do ensino em todos os seus níveis, as relações de trabalho, entre outras. A crença no "efeito multiplicador" da ciência e tecnologia (THEIS, 2009) já se fazia presente.

Graças ao progresso técnico e ao poder das firmas transnacionais, despontam novos fatores de concentração e dispersão das atividades, junto às novas formas de drenagem de dinheiro, a partir da compra de pacotes tecnológicos, do pagamento de patentes, da devolução dos créditos e das operações intracorporativas.

Impõem-se novas demandas de energia que valorizam regiões pouco ou nada inseridas na divisão territorial do trabalho até esse momento. O petróleo e as

novas fontes de energia como a hidrelétrica têm um papel na implantação de um modelo de produção e circulação, que favorece a acelerada urbanização e, inclusive, a metropolização e as atividades econômicas de grande escala e alto consumo de energia. Cada forma de uso do território, cada divisão territorial do trabalho resultam também de um determinado pacto territorial (SANTOS, 1987), isto é, das possibilidades de intervenção no processo político que nascem da forma jurídica de organização da sociedade civil.

Produção e consumo operam, desse modo, como forças de concentração e dispersão territorial. Quando a produção é moderna, se alastra pelo território a partir de indústrias dinâmicas, da agricultura moderna e do respectivo setor de serviços nas cidades médias, ainda que a gestão corporativa permaneça fortemente concentrada nas metrópoles. Também o consumo, apesar do freio que exerce a seletividade social, tende a dispersar-se territorialmente graças à difusão do crédito. As produções com baixos graus de capital, tecnologia e organização – amiúde denominadas não modernas – encontram abrigo nas grandes manchas metropolitanas, constituindo uma força de concentração. Ao sabor da teoria de exportação e das interpretações inspiradas na teoria dos setores básico e não básico (ALEXANDER, 1954), boa parte das análises dificilmente considera essas pequenas atividades de alcance local como criadoras de riqueza.

Sobre esse retrato manifestam-se as transformações mais recentes, marcadas pela influência do processo de globalização. Os impactos de eventos anteriores também têm sido seletivos e, por isso, herdamos polarizações do passado, cuja resistência ao novo em virtude de formas materiais, normativas e culturais contribui para a fragmentação socioespacial. As dinâmicas da globalização não apagam os restos do passado, mas modificam seu significado e acrescentam, ao já existente, novos objetos e novas ações características do nosso tempo. O advento e o impacto de novas variáveis nas porções do território, já diferentemente organizadas, provocam ainda mais desigualdades.

Reformulam-se os papéis das antigas cidades mas também das mais recentes e, em definitivo, transforma-se a rede urbana, geralmente com certo abandono de funções ligadas ao abastecimento da população e com a implantação de funções para o abastecimento de atividades modernas.

Apesar da força da ordem global, a região pode ser compreendida como um tecido contínuo e heterogêneo de modernidades e formas herdadas, materiais e imateriais, que constituem horizontalidades (SANTOS, 1996; SILVEIRA, 1999; CONTEL, 2006). Todavia, hoje, mais do que nunca, é resultado de interdependências e de uma oposição dialética entre uma ordem global e uma ordem local, com a mediação tantas vezes sem defesa da formação socioespacial. Nesse retrato, a ordem global surge como autorreferenciada, já que sua finalidade é o próprio mercado global, enquanto a ordem local pode abrigar o sentido da vida social.

Na região se desenvolve o trabalho solidário e conflitivo na copresença, na contiguidade, no cotidiano, que hoje revela a falta de coincidência entre a escala da técnica e a escala da política. A presença de elementos horizontais e verticais contribui para explicar tanto o acúmulo de funções nas regiões e nas cidades

como o seu esvaziamento e, mormente, para indagar sobre a natureza das novas regulações.

Nova e moderna divisão territorial do trabalho e seus impactos nas regiões

Uma divisão do trabalho mais estendida no território impõe certo centrifugismo e, a essa tendência, acrescenta-se a necessidade de uma cooperação também dispersa no território que demanda informação especializada nas diversas regiões. O centrifugismo da produção é paralelo ao centripetismo exercido por algumas grandes metrópoles, nas quais se realizam as principais tarefas de concepção técnica, informacional, mercadológica e a transformação dos instrumentos financeiros em outros.

Essa não é a única contradição aparente. Com a globalização se instalam numerosos nexos extrovertidos, já que a necessidade de exportar conduz a uma lógica competitiva que privilegia as relações externas das empresas globais responsáveis pela demanda. O número de empresas globais é diferente segundo as nações, assim como o ritmo de expansão e os setores econômicos, pois dependem do grau de maturidade de cada economia e do grau de inserção de cada país na divisão internacional do trabalho.

Por sua vez, cada empresa possui uma lógica internacional fundada nas regras de competitividade derivadas dos produtos que produz e comercializa. É também a partir dessas regras que as empresas buscam, em cada território nacional, a localização que mais lhes convém. Essa localização pode ser imediata se todas as condições requeridas estão aí presentes, ou pode ser preparada ao acrescentar-lhe os requisitos exigidos para que a operação empresária seja rentável. Assim podem compreender-se as atuais localizações de firmas, tanto em escala nacional como em escala global, pois essas empresas não hesitam em mudar de sítio quando este deixa de oferecer-lhes vantagens para o exercício de sua própria competitividade.

Dessa maneira, as grandes empresas escolhem pontos e áreas aptos para o seu exercício, desenhando no território verdadeiras topologias. Cada ponto ou área representa uma ou alguma etapa técnica, geralmente a produção de matérias-primas agropecuárias ou minerais ou, inclusive quando se trata de etapas industriais, a fabricação de peças ou a montagem de partes. Esses são momentos isolados de uma cadeia de produção extrovertida que dificilmente se completa na região ou no país.

Mas como são produções modernas, as regiões necessitam de densidades técnicas importantes, geralmente precedidas por densidades normativas *ad hoc* para certas firmas e ramos da economia, tantas vezes o verdadeiro fundamento da permanência de atividades na região. Com frequência, o risco é a implantação de infraestructuras monofuncionais.

Instalam-se, desse modo, divisões territoriais do trabalho particulares, próprias de grandes corporações, cujo território e equação de lucro são planetários. Nessa dinâmica, as regras da competitividade se referem mais ao

produto global do que à dinâmica do lugar, subordinando o trabalho local e nacional às demandas das firmas. De outro modo, a tendência às fusões empresariais reduz o número de polos decisórios, concentra ainda mais os vetores de mando e torna mais rígidas as relações entre áreas polarizadoras e áreas polarizadas. Dessa forma, como a fusão de empresas tende a ampliar a presença de capitais e de firmas globais no território, aumentam ao mesmo tempo os desequilíbrios e as novas formas de manifestação do setor externo da economia, em detrimento do setor interno.

Deliberada ou ingenuamente, essas divisões territoriais do trabalho particulares são confundidas com a geografia dos países, pois a microeconomia das grandes empresas mascara-se nos discursos e ações como se fosse a macroeconomia da nação. Desse modo, as regiões encarnam especializações territoriais produtivas, nas quais aumenta a diversificação de tarefas vinculadas a um mesmo processo, enquanto diminuem as demais técnicas e formas de trabalho. Essas especializações, em cuja construção participa ativamente o Estado, operam como uma força contrária à diversificação de razões plurais, buscando estabelecer um sistema técnico único. A esse fenômeno estamos denominando uso corporativo do território (SANTOS e SILVEIRA, 2001), onde formas e normas se combinam para assegurar situações de oligopólio e oligopsônio. Rogério L.L. da Silveira (2003, p. 127) mostra bem esse fenômeno a partir da inserção das cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz na divisão territorial do trabalho das fumageiras transnacionais e a decorrente adaptação das funções urbanas.

Portanto, a chegada de uma grande empresa e seu respectivo sistema técnico a uma região redefine a capacidade de ação das demais empresas. Mas, não podemos esquecer que, ao mesmo tempo, pequenas e médias empresas, com inserção na atual divisão territorial do trabalho, têm um papel importante como difusoras das variáveis modernas. Isso não lhes retira, todavia, sua condição de alta vulnerabilidade e dependência como fornecedoras de bens ou serviços, problema que muitas vezes o Estado busca resolver com políticas de desenvolvimento local, *clusters* e outros modelos semelhantes. Tantas vezes, como explica Amin (2008, p.110), esses *clusters* foram cópias de experiências em regiões bem-sucedidas ou de manuais de especialistas e não da seleção de grupos industriais localmente sensíveis.

Novos circuitos espaciais de produção: demandas e rupturas

Uma característica do período atual é a necessidade de criar condições para a maior circulação de pessoas, produtos, mercadorias, dinheiro, informação e ordens. Poucas são as porções do planeta que não registram tal mandato, ainda que sua realização não se concretize plena nem uniformemente. Como os países se diferenciam em função das possibilidades abertas a essa fluidez, o tema comum e urgente é a produção do seu equipamento, isto é, a criação ou o aprimoramento dos sistemas de engenharia que facilitem o movimento. Entretanto, na medida em que esse movimento, dentro de cada país, interesse à divisão do trabalho internacional ou continental, o equipamento viário ou infoviário passa a ser

também de interesse de outros países, tantas vezes se antepondo ou confundindo os verdadeiros princípios da integração. Na América Latina tem sido frequente que, além da participação de organismos internacionais por meio de empréstimos e créditos, o próprio Estado tenha investido para dotar certas regiões do país de condições de circulação indicadas como indispensáveis para a chamada abertura ao comércio exterior.

Territórios extensos e com grandes disparidades regionais e de rendas conheceram processos muito seletivos de criação de fluidez, agravando ainda mais as desigualdades. As regiões, onde se localizam as produções destinadas à exportação, têm tido prioridade nesse equipamento, criando-se no território áreas de densidade viária ou infoviária ao serviço de um dos aspectos da economia nacional. Essas densidades técnicas não têm, então, relação direta com o tamanho e a densidade da população, nem com a antiguidade do povoamento, nem com as urgências das sociedades locais, mas com os nexos econômicos, sobretudo os da economia internacional.

No entanto, trata-se em geral da instalação de uma única etapa de uma produção que é mundial. Essa localização corporativa numa região muda as condições da equação do emprego, da estrutura do consumo, do uso das infraestruturas, da composição do orçamento público, da estrutura das despesas públicas, do comportamento das demais empresas, da imagem do lugar, dos comportamentos individuais e coletivos. A situação é mais grave quando a empresa altera rapidamente suas topologias, atualizando a noção de empresas e atividades *foot loose* proposta por Hoover (1943).

Apesar de uma fragmentação aparente, essas etapas estão fluidamente conectadas entre si já que fazem parte de um circuito espacial de produção de dimensões planetárias. O processo está longe de completar-se nos movediços limites da região.

Essa ruptura dos circuitos espaciais de produção a escala regional e inclusive nacional não freia as demandas de infraestrutura por parte dos agentes mais modernos mas, ao contrário, estes são ávidos por dinheiro público regional. A partir de um planejamento privado e setorial, com a anuência ou a omissão do Estado ou por meio de parcerias público-privadas, impõem-se os princípios de organização corporativos nas diversas porções do território e, assim, aumenta o tamanho dos objetos técnicos e sua escala de produção e desempenho. Esses grandes capitais fixos e imobilizados demandam a presença de empresas, profissionais e técnicos, capazes de interpretar e comandar esses novos sistemas técnicos. Em consequência, crescem as classes médias e sua vontade de consumo nas regiões.

Nesse sentido, a modernização do sistema de transporte parece amiúde reforçar o modelo “espinha de pez”, que agrava o padrão concentrado da rede urbana. Quando a empresa é global, a localização de uma de suas etapas produtivas numa cidade contribui para acentuar a debilidade da rede urbana, especialmente se a região é pouco densa. Acumulam-se funções num ponto e, concomitantemente, se esvaziam ou subordinam as demais. Todavia, as variáveis

determinantes da época, como as finanças, continuam capilarizando-se no território e erodindo o poder dos agentes locais.

Assim, na medida em que cada empresa busca os lugares onde as respostas aos seus erráticos reclamos são mais adequadas, o território passa a ter uma dinâmica praticamente imprevisível e alienada, já que não precisa ter correspondência com os interesses da sociedade local ou nacional. Novas formas de compartimentação do território ganham relevância e são capazes de impor distorções ao seu comportamentos: são as novas feições da fragmentação territorial.

Duas tarefas tornam-se concomitantes e necessárias e não se realizam sem a peremptória participação do dinheiro público: construir e manter a nova ordem corporativa a partir de um território bem equipado e fluido e controlar a desordem social nascida da falta de respostas às demandas básicas. Ambas as tarefas supõem uma drenagem de recursos sociais. Poderíamos elencar, como dinâmicas que antecedem ou resultam disso, a forma como as pessoas abandonam seus lugares em busca não apenas de trabalho, mas também da possibilidade de consumir bens materiais e imateriais, como educação, saúde, informação e cultura, novas reações políticas como a criação de fronteiras dentro da própria nação com Estados ou Prefeituras que se defendem dos imigrantes e a concentração da pobreza.

A força dos círculos de cooperação: informação e finanças

Com a globalização, a divisão internacional do trabalho ganha novos dinamismos, sobretudo nos países subdesenvolvidos. A lógica das grandes empresas, internacionais ou nacionais, constitui um dado da produção da política interna e da política internacional de cada país. Não raro, nesse contexto, confunde-se a lógica da grande empresa que quer estabelecer-se no território nacional com a lógica do denominado mercado global.

Se para a equação interna da firma hoje é mais rentável dividir as etapas técnicas de sua produção e abarcar as diferentes regiões do país, também se torna necessário unificar as etapas, tecendo verdadeiros círculos de cooperação que cingem o território sob a forma de ordens, informações, propaganda, dinheiro e outros instrumentos financeiros. Essa não é a única contradição aparente, pois hoje, boa parcela da base material dessa cooperação não é um custo operacional das empresas mas da sociedade, ora pelos investimentos do Tesouro Nacional, ora pelas parcerias público-privadas que garantem as infraestruturas para as grandes corporações e os lucros futuros pela exploração dos usos sociais de tais equipamentos.

Para manter e reproduzir esse sistema de produção e circulação no território, são necessários abundantes conteúdos organizacionais, com importante e prévio trabalho intelectual. Diversas cidades tornam-se verdadeiros pivôs das geometrias das grandes empresas e se tornam nodos das topologias das corporações globais (BERNARDES, 2001; ARROYO, 2001), dando significado renovado àquilo que Armstrong e McGee (1985) haviam denominado "teatros de

acumulação". Portanto, os círculos de cooperação podem ser vistos como as etapas imateriais pelas quais atravessa a produção. Basilares para completar a cooperação das grandes firmas, a informação, a propaganda e o crédito chegam aos lugares e acabam por aumentar a vocação de consumo, sobretudo dos grupos qualificados que trabalham na moderna divisão do trabalho. A imitação por parte dos mais pobres tampouco faltará.

As finanças e a informação ganham um papel determinante no tecer de complementaridades. Lucros e perdas são processados pelo sistema financeiro e os bancos recolhem, qualificam e classificam o dinheiro, dando valores e organizando as remessas e os reinvestimentos. As redes informáticas possibilitam que as informações sejam recolhidas nos centros de inteligência bancária, onde são tomadas as respectivas decisões financeiras. Daí a ideia de que hoje são particularmente os fluxos imateriais e não as massas os que definem a nova hierarquia urbana. Por isso uma pequena cidade é capaz de dialogar com um centro mundial, ao tempo em que os movimentos de população local se dão no espaço da contiguidade. Amiúde, falta o comando regional sobre a produção mas também sobre a cooperação...

Em consequência, a financeirização da economia influi sobre as formas e funções urbanas, assim como sobre seu funcionamento. Esse processo aumenta as crises porque as variáveis hegemônicas se instalam em certos pontos e áreas e buscam impor sua velocidade ao resto da economia urbana. As políticas urbanas são chamadas a responder, de forma urgente, às demandas da economia hegemônica com a construção de grandes obras, a aceleração dos fluxos e as respectivas combinações normativas. Às economias de especialização espontaneamente criadas e que, por isso, são capazes de abrigar empresas de todos os tamanhos, sucede agora, e pela força da norma, a construção de áreas modernas e especializadas para a economia global. A tecnologia mais moderna combina-se com as propostas urbanísticas e com as ações globais para produzir verdadeiros *clusters* dentro da cidade grande. O poder público vê aumentar, a cada dia, o tamanho de suas despesas para participar ativamente da produção de uma nova viabilidade para os grandes capitais. Nesse diapasão, Lovering (2008, p. 126) assinala que o recente desenvolvimento de Gales – tão propalado pelo Novo Regionalismo – deve-se menos aos investimentos estrangeiros, à flexibilização trabalhista ou ao desenvolvimento de *clusters* e redes de interdependência e muito mais aos fundos do Estado nacional.

Papel do Estado e repartição do poder

A arquitetura político-administrativa dos países e as leis que regem seu funcionamento deveriam ser consideradas na análise, já que podem agir como aceleradores ou freios à chegada das variáveis modernas ou à sua produção na região. Por exemplo, o poder público tem um papel ativo na construção de especializações territoriais produtivas, assim como na formulação de políticas setoriais de repercussão regional.

Por outra parte, os processos de descentralização e municipalização, promovidos nas diferentes formações socioespaciais, podem também encontrar dificuldades face a outras leis ou medidas tomadas pelos governos como a repartição dos recursos a partir do Estado Federal, assim como as políticas de contenção do gasto público e de responsabilidade fiscal. Ora porque os elementos regionais são modificados para atrair a implantação de uma empresa, ora porque há disputas entre forças políticas, se faz necessário estudar a lei como forma e a política como processo, para entender o funcionamento das porções do território. A falta de vínculos entre municípios e entre Estados para recompor os circuitos espaciais de produção é também um elemento significativo. Nesse sentido também cabe lembrar o abandono dos consumos sociais por parte do poder público. Por isso, a globalização, tal como acolhida hoje na maior parte dos países periféricos, significou um aumento das polarizações socioespaciais. Seu corolário é a escassez de recursos, bens e serviços universais no resto do território e, em consequência, um exercício desigual da democracia.

Crescimento regional, vulnerabilidade e pobreza

Dentro do território nacional existem regiões onde podemos falar de globalização absoluta e outras onde esta é mais relativa. Nas primeiras estão mais concentrados os vetores da modernidade atual, o que leva à possibilidade de ação conjunta de agentes globais ou globalizados. A produção, a circulação, a distribuição e a informação tendem a ser corporativas, isto é, a demanda principal deriva das grandes empresas, que são atores mais dispostos a uma lógica e a um movimento que privilegiam os processos técnicos e políticos derivados. O aumento das demandas e fluxos corporativos na região pode dar uma sensação de crescimento econômico, apesar de que a eliminação de outras empresas e a drenagem de dinheiro social revelem, incompleta ou intermitentemente, processos de empobrecimento. Nas porções do território menos globalizadas, essas características desaparecem ou se reduzem em extensão e intensidade.

Amparadas na necessidade de exportar e na ideologia do crescimento, grandes empresas desenvolvem suas atividades nas regiões sob condições oligopólicas, pois ao crescer o desvio entre custos e preços têm a força suficiente para expulsar outros agentes da arena regional. Lado a lado, equações de lucro regionais dificilmente podem concorrer com equações de lucro planetárias.

Essa situação observa-se tanto a partir das atividades que ganham uma vocação exportadora como na produção e mormente na distribuição para o mercado interno. Na sua modalidade atacadista e varejista, o mercado interno se internacionaliza e parece fazê-lo ao mesmo ritmo em que se torna um *leitmotiv* dos atuais discursos políticos. Praticamente inexistente na linguagem neoliberal dos anos noventa, hoje a ideia de mercado interno é repetida até a exaustão e, quando não é acompanhada de políticas coerentes e integradas territorialmente, se torna uma repetição vazia que pouco contribui para superar a ruptura dos circuitos espaciais de produção. Outrossim, a concentração econômica, a

dispersão territorial, a incessante produção de novos artigos, a hibridação de produtos e serviços, a afluência de crédito, a força da propaganda, entre outros dados constitutivos do presente, são decisivos para entender a drenagem de dinheiro social.

Causa e consequência do aumento dos consumos, essa concentração econômica também se baseia na colonização das regiões pelas marcas nacionais e internacionais, por formas de distribuição e compra. Com novos hipermercados, *shopping-centers* e outras redes comerciais nas cidades, e graças também às técnicas de televenda e comércio eletrônico, as grandes firmas internacionais e nacionais ganham novos mercados, nos quais tendem a impor seus preços e a reproduzir e ampliar a demanda, ao tempo que seus custos permanecem ou diminuem. A presença desses agentes toma tamanha importância e visibilidade na economia regional que seus problemas de funcionamento, genuínos ou criados, tornam-se problemas da sociedade regional. Seu impacto sobre o abastecimento e o trânsito, o emprego e o consumo, a circulação financeira e a dinâmica do resto do comércio têm um papel decisivo e irreversível, pois, mesmo quando se retirem, já transformaram a configuração regional.

Falta, em consequência, uma rede de proteção ao comércio e aos serviços locais, enfraquecidos pela entrada física ou virtual das redes comerciais, verdadeiros oligopólios ou oligopsônios que determinam as quantidades e qualidades a serem produzidas, a globalização dos fatores de produção, os serviços financeiros e os seguros embutidos nas mercadorias.

O aumento das densidades demográficas, técnicas, informacionais, financeiras e normativas acompanha-se da majoração dos fluxos materiais e imateriais que perfazem a cooperação. Crescem significativamente os movimentos de pessoas e mercadorias, cujo impacto na circulação, inclusive nas cidades médias, é evidente. Causa e consequência desse fenômeno, a cidade estendida e o urbanismo americano se impõem como modelo sem, no entanto, resolver o problema do deterioro do transporte público e do congestionamento. A oligopolização, a automação, o emprego escasso, o abastecimento e os mercados externos à região acabam por produzir uma reestruturação da economia em dois circuitos: superior e inferior (SANTOS, 1975; SILVEIRA, 2007). Simultaneamente, a circulação de dinheiro e a vontade de consumir crescem, ao tempo que diminui a possibilidade de produzir em outros ramos, causando certo empobrecimento, cuja natureza não é acidental ou sazonal, mas estrutural. Não se trata unicamente de quedas nos níveis de renda da população, mas de uma causa mais grave e estrutural: a perda de valor do trabalho.

Tendência da urbanização periférica, a natureza corporativa das cidades agrava o círculo vicioso da pobreza. Os governos realizam grandes esforços financeiros para equipar o território e inserir-se, mais diretamente, na divisão internacional do trabalho. Os investimentos econômicos são privilegiados com relação aos investimentos sociais, os quais, entretanto, são indispensáveis em função dos ritmos galopantes da urbanização. Naturaliza-se, desse modo, a escassez sob pretexto de uma velocidade de crescimento que não pode ser

acompanhada. Na realidade, é a orientação dos investimentos, destinados a uma modernização excludente, que deveria estar em questão.

O extraordinário crescimento do meio construído urbano no período da globalização tem relação direta com a expansão dos circuitos da economia urbana. O circuito superior é produtor e usuário dos macrossistemas técnicos, obrigando a uma expansão artificial da cidade, pois a cooperação que completa sua divisão territorial do trabalho se realiza a grandes distâncias e rápidas velocidades. O circuito inferior é expulso para áreas menos valorizadas, mas essa nova configuração da cidade acaba por ser também um abrigo.

Hoje, os agentes hegemônicos dominam uma equação favorável de custos e preços, graças aos novos sistemas técnicos de produção que lhes permitem produzir em áreas novas e alcançar altos desempenhos, às possibilidades de circulação, à socialização dos custos corporativos e à situação de oligopólio. São forças de aglomeração e dispersão do circuito superior que, a partir das cidades, estende sobre o território nacional sua capacidade de organização.

O anverso dessa equação é o aumento do desemprego e, em consequência, do circuito inferior, isto é, das atividades de baixo grau de capital, tecnologia e organização que permitem a sobrevivência daqueles atores expulsos das atividades altamente capitalizadas. Essa economia “de abaixo” mantém profundas relações de dependência e subordinação com a economia superior da qual resulta indiretamente. Seu surgimento e seu tamanho dependem das condições gerais de emprego, da disponibilidade de dinheiro e das necessidades de consumo da população urbana. Por isso, hoje mais do que antes, o circuito inferior é uma força de concentração, pois seus agentes continuam dependendo da aglomeração para poder produzir e consumir. Isto ajuda a entender o crescimento das cidades que, assim, se tornam polarizadoras também para uma economia da pobreza, pois recebem migrações permanentes ou pendulares que buscam satisfazer consumos sociais não alcançados nos seus lugares de origem. Juntos, os pobres consomem e fazem interessante a demanda coletiva, trocam bens, serviços, ideias, dividem ainda que indiretamente seus custos, quando reivindicam energia, quando fazem propaganda ou quando compram de um mesmo fornecedor. Essas economias de aglomeração são, para Corrêa (1997), resultado de processos espaciais de coesão, cuja gênese e existência não pode ser explicada unicamente a partir da economia hegemônica. Por falta de mercado ou de políticas adequadas, a produção e a venda desses bens não foram consideradas, nesses lugares, como criadoras de riqueza.

Num período que privilegia uma geografia de pontos e a extrema racionalização da economia e do território, o circuito superior renova, sobre a base da técnica da informação, sua capacidade de macro-organização do território, enquanto o circuito inferior contribui para criar, espontaneamente, economias de aglomeração. De certo modo, graças à contiguidade, à soma de suas ofertas e demandas e à densidade comunicacional, esse circuito pode desenvolver uma certa capacidade de organização dessas áreas menos valorizadas do meio construído urbano.

Na cidade, os pobres utilizam certas técnicas e produzem novos arranjos na sua divisão do trabalho. Esse fato reforça a relação compulsória de tarefas comuns. Desse modo, poderíamos afastar o risco de considerar a pobreza como não integrada, atrasada ou a-histórica. Por exemplo, se a rede de transportes de uma cidade corresponde a uma divisão territorial do trabalho pretérita, incapaz de satisfazer a demanda das populosas periferias pobres, esses mesmos grupos sociais revelam sua participação nos eventos contemporâneos no consumo de objetos técnicos modernos, mesmo quando sua relação com os projetos hegemônicos seja subalterna. Por isso, a pobreza atual é estrutural, cientificamente produzida pela falta de acesso aos bens de direito comum, ainda que os pobres consumam como nunca antes alguns objetos técnicos modernos. O uso de certos objetos amplia e reforça, ao mesmo tempo, a dominação do circuito superior e a consolidação de relações horizontais. Em todos os casos multiplicam-se as interdependências.

Pensando algumas possibilidades e questões

Não são poucos os problemas a enfrentar. A solução de alguns deles demandará certamente ideias novas e generosas de mundo e construções coletivas. Todavia, poderíamos mencionar alguns elementos para a discussão. Por exemplo, resulta imperiosa a necessidade de limitar o poder e a velocidade dos oligopólios, seja evitando as compras públicas de insumos, produtos e serviços a esses agentes, seja discutindo as estruturas tributárias, seja condicionando as localizações à geração de empregos ou à realização de compras territorializadas.

Não poderia a pluralidade de divisões sociais e territoriais do trabalho ser vista como um ativo, como um capital e não como um obstáculo a superar? Essa pluralidade de agentes significa múltiplas formas de combinação de fatores de produção e múltiplos mercados, o que acaba por fazer mais sólido e menos vulnerável o tecido social e territorial. Não obrigatoriamente pela via do crédito, e sim pela via da persistência de mercados plurais, os diferentes agentes podem sobreviver, numa reciprocidade de ofertas e demandas a velocidades diversas.

Nesse mesmo caminho, é necessário considerar os consumos sociais, isto é, os bens e serviços de interesse comum, entendidos como um direito legítimo, aberto a todos e de distribuição universal. Além das razões cívicas que certamente devem primar pois tais bens não podem ser distribuídos ao sabor de uma oferta unicamente privada e de uma demanda exclusivamente solvente, existem também razões econômicas, já que sua produção regional gera uma massa de dinheiro com tendência a instalar-se nos mesmos lugares. A relação biunívoca entre território e produção de educação, território e produção da cultura, entre outras, parece uma ideia frutífera mas até agora pouco utilizada na formulação de políticas, talvez pelo predomínio do planejamento setorial ou instrumental.

Não são os números abstratos e homogêneos que vão revelar as dinâmicas regionais, as quais não se explicam fora da formação socioespacial, mas a análise concomitante do território nacional em movimento permanente e das regiões.

Region and Globalization: reflecting over an analytical framework

ABSTRACT

We discuss the regional transformations at globalization and we propose an analytic framework in a theory of geographical space. We consider that framework should take into account, among others, the following aspects: social and spatial heritages, new spatial division of labour and its impacts in region, new circuits of production and new circles of cooperation, public power, regional growth, vulnerability and poverty. The basic question is to understand the spatial division of labour as plurality and as coexistence in all analytical and political scales.

Key-words: Globalization, region, geographical space.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, John W. The basic-nonbasic concept of urban economic functions. *Economic Geography*, vol. 30, n.3, p. 246-261, jul. 1954. <http://www.jstor.org/stable/141870>
- AMIN, Ash. "Una perspectiva institucionalista sobre el desarrollo económico regional". In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (org). *Repensando el desarrollo regional. Contribuciones globales para una estrategia latinoamericana*. Santa Fe: Miño y Dávila-Universidad Nacional del Litoral, 2008, pp. 19-61.
- ARMSTRONG, W.; MCGEE, T. G. *Theatres of Accumulation. Studies in Asian and Latin American urbanization*. Londres: Methuen, 1985, 268 p.
- ARROYO, Mónica. *Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BERNARDES, Adriana. *A contemporaneidade de San Pablo: produção de informações e novo uso do território brasileiro*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- CONTEL, Fabio Betioli. *Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, 304 p.

- LOVERING, John (2008). "Teoría guiada por la Política: las insuficiencias del 'Nuevo Regionalismo' (ejemplificando con el caso de Gales)". In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (org). Repensando el desarrollo regional. Contribuciones globales para una estrategia latinoamericana. Santa Fe: Miño y Dávila-Universidad Nacional del Litoral, 2008, p.121-145.
- SANTOS, Milton. L'Espace Partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés. Paris: M.-Th. Génin, Librairies Techniques, 1975.
- SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1979.
- SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, Milton. O Retorno do Território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L., Território: Globalização e Fragmentação, São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1994, p. 15-20.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVEIRA, María Laura. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. Geosp, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 19, p. 81-91, 2006.
- SILVEIRA, María Laura. Metrópolis brasileñas: un análisis de los circuitos de la economía urbana. *Eure*, Santiago de Chile, dic. 2007, XXXIII, n. 100, p. 149-164. <http://www.scielo.cl/eure.htm>
- SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Cidade, corporação e periferia urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano., Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003, 242 p.
- THEIS, Ivo Marcos. Ciência & tecnologia e desenvolvimento geográfico desigual no Brasil". *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 62-81, jan/abr. 2009.
- WERLEN, Benno. Society, Action and Space. London-New York: Routledge, 1993.